

## SUSTENTABILIDADE E A SOCIOLOGIA DOS MONSTROS<sup>1</sup>

By Stewart Lockie

A sustentabilidade é um monstro. Como conceito, é facilmente definida. Sustentabilidade é sobre atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações para atender às suas próprias necessidades [WCED 1987]. No entanto, na aplicação, a sustentabilidade é elusiva e complexa. As dificuldades envolvidas em tomar os princípios gerais de justiça intra e intergeracional embutidos na sustentabilidade e operacionalizá-los em contextos específicos encoraja múltiplas interpretações, disputas sobre os valores sociais e ecológicos que devem ser priorizados, visões conflitantes sobre quanto descontar em benefícios futuros em relação aos benefícios atuais, debate sobre quão cauteloso deve ser diante da incerteza, e assim por diante. A ligação explícita de considerações sociais e ambientais ao crescimento econômico por meio do desenvolvimento sustentável, responsabilidade social corporativa e oferta de certificações de sustentabilidade, leva, para alguns, à promessa de uma modernidade verde e, para outros, a evidência de que "Conversa de sustentabilidade" apenas legitimam e intensificam as contradições ecológicas do capitalismo [ver Magnani 2012].

Esse conflito e contradição são, naturalmente, grãos para o moinho sociológico. Nos são fornecidas oportunidades aparentemente infinitas para mapear discursos de sustentabilidade; documentar as estratégias, motivações e conquistas dos protagonistas nas disputas pela sustentabilidade; criticar a máquina de crescimento capitalista; e apoiar movimentos pela sustentabilidade. Mas a sustentabilidade não nos deu apenas uma infinidade de tópicos para estudo e debate, a sustentabilidade abriu as portas para fóruns de tomada de decisão dos quais sociólogos quase sempre estão excluídos. Mas a sustentabilidade estabelece a expertise de cientistas sociais não menos importante do que a expertise de cientistas físicos, químicos e biológicos para os debates ambientais [Salvatore e Maretti 2012]. Isso nos dá, portanto, base para reivindicar um território intelectual definido, único e indispensável.

Nem a mudança ambiental global nem as questões ambientais localizadas podem ser entendidas sem referência aos impactos sociais, vulnerabilidades e capacidades da comunidade, valores socialmente definidos e assim por diante. Ao mesmo tempo, a sustentabilidade se recusa a aceitar a máxima de Durkheim de que os fatos sociais devem sempre ser explicados por outros fatos sociais. A sustentabilidade exige que permitamos incursões territoriais. Ou permitimos que fatos sociais possam ser, eventualmente, explicados por fatos que não sejam fatos sociais, ou aceitamos que o social pode não ser um domínio exclusivo de nós, humanos. De qualquer forma, a sociologia deve ser ecologizada (Murdoch 2001), assim como nossas respostas coletivas às crises ambientais devem estar informadas pela sociologia. Segue-se que os sociólogos - sociólogos ambientais em particular - têm muito para agradecer a sustentabilidade. Isso nos mantém ocupados e torna nosso trabalho mais importante e influente [ibidem]. No entanto, muitos sociólogos interpretam mal a força produtiva da sustentabilidade. Muitas vezes estamos tão ocupados, como uma comunidade paradigmática, julgando projetos de sustentabilidade (principalmente projetos que não estão de acordo com nossos próprios ideais utópicos) que não paramos para compreender exatamente o que a sustentabilidade faz. Na verdade, não é incomum para os sociólogos declararem a sustentabilidade um dispositivo retórico sem sentido, ao mesmo tempo em que utilizam seus princípios como base para a crítica.

---

<sup>1</sup> Tradução e edição de Heitor Matallo Junior

Neste artigo, desenvolverei o argumento de que sustentabilidade é mais do que um conceito ou uma meta. Ao mediar as relações humanas com os processos do ecossistema, recursos naturais, gerações futuras e assim por diante, a sustentabilidade se torna uma força material, um agente, por direito próprio. Como uma força que é produto da ação humana, mas nunca inteiramente sob nosso controle, a sustentabilidade exige uma abordagem de futuro com base na aprendizagem, deliberação e responsabilidade. Depois de elaborar este argumento na seção seguinte, irei considerar quem fala pela sustentabilidade e as implicações dessa perspectiva para uma sociologia da sustentabilidade.

### **Construindo a Sustentabilidade**

A sustentabilidade é mais comumente tratada como um conceito ou uma meta e é razoável que seja assim. Sustentabilidade certamente é uma ideia, um artefato discursivo, uma forma de pensar e falar sobre as relações homem-meio ambiente. Da mesma forma, a sustentabilidade é um estado ou um ponto de chegada; um conjunto de condições ideais que podem, pelo menos de maneira imperfeita, ser medidas e monitoradas por meio de indicadores sociais e ecológicos apropriados. Sustentabilidade é tudo isso e um pouco mais. Sustentabilidade é fundamentalmente simbólica e é profundamente material - características que compartilha com a ecologia, a natureza, a biodiversidade e inúmeras outras maneiras pelas quais apreendemos o mundo além dos corpos humanos, linguagens e cognição. A palavra “apreender” é usada aqui deliberadamente. Apreender é agarrar - intelectualmente, intuitivamente e / ou fisicamente. Apreender pode significar entender, mas também pode ser “perceber ou sentir, antecipar ou capturar. Apreensão é cognitivo, emocional e corporal. Por meio da ecologia, biodiversidade, sustentabilidade e assim por diante, buscamos simultaneamente compreender o mundo em que vivemos, pertencer a esse mundo, e cercar - conter e dirigir - a indisciplinada interações de espécies, substâncias e energias que o compõem. Na apreensão do mundo, a vontade de compreender não pode ser divorciada de nossas interações afetivas e materiais com a natureza não-humana fora do discurso e do laboratório.

O conceito de sustentabilidade, e as múltiplas interpretações deste conceito, fazem mais, portanto, do que enquadrar nossa compreensão das interações humanas com e através da natureza externa. Eles mediam essas relações e, ao fazê-lo, transformam pessoas, ecossistemas e economias. Nunca podemos simplesmente “falar” de sustentabilidade, não mais do que simplesmente “falar” de ecologia ou biodiversidade. Antecipamos, aprendemos, reforçamos e (com muita frequência) minamos a própria sustentabilidade. E na medida em que o fazemos, antecipamos, aprendemos, reforçamos e / ou minamos as condições para o nosso próprio bem-estar. Sustentabilidade é mais do que uma abstração útil ou um estado ideal. Sustentabilidade é um agenciamento, um agente, uma força, por direito próprio - um monstro. Apropriada da *Teoria Ator-Rede* de Law (1992), a metáfora do monstro é trazida para este artigo para ilustrar a forma como a sustentabilidade é construída, trazida para a vida, e como a criação de Frankenstein, nunca totalmente sob controle. A sustentabilidade, no entanto, não vagueia pela Terra ansiando pelo contato humano. Nem pode falar por si. A sustentabilidade só pode existir em relação à rede de seres, técnicas e relações através das quais é montada, medida e contestada. A sustentabilidade é sempre - como o poder, as comunidades e outros elementos do social - um efeito de rede.

Teóricos proeminentes da *Teoria Ator-Rede* são silenciosos sobre o tópico da sustentabilidade, um estado de coisas estranho, dados seus argumentos para conceber o social como um “parlamento das coisas” [Latour 2011]. Goste ou não, o conceito de sustentabilidade foi nomeado representante *ex officio* dos não humanos e das gerações futuras nas legislaturas de hoje. Isso não quer dizer que os teóricos da *Teoria Ator-Rede* não tenham muito a dizer sobre

a política ambiental. Latour [2010; Latour 2011], nos últimos anos, estendeu sua crítica de longa data à separação cartesiana da sociedade e da natureza, argumentando que é hora de nós, humanos, abandonarmos tanto o projeto modernista de emancipar os humanos da natureza quanto o projeto naturalista de emancipar a natureza dos humanos. A alternativa, ele argumenta em seu Manifesto Compositorista, é um projeto de imaginar e co-criar novos conjuntos e possibilidades socioecológicas. A metáfora da composição visa dar significado a maneira como as coisas devem ser reunidas nesses agenciamentos sem perder seu caráter único, a importância de passar da crítica à construção e, ao mesmo tempo, a importância de distinguir entre composições bem-sucedidas e malsucedidas, boas e más. A falha do projeto modernista e a crença na marcha do progresso não deve forçar que nos afastemos da inovação, ele argumenta, mas devemos voltar ao compromisso, com cuidado e precaução.

É difícil discordar dessa proposição final. Mas com quem Latour está discutindo? Quem são esses “modernos” e “naturalistas” além dos convenientes espantalhos? Em quais fóruns políticos as questões ambientais ainda são tratadas como escolhas diretas entre o desenvolvimento econômico e a proteção da natureza intocada? Claro que existem alguns, mas eles não são mais a norma. Mesmo o mais zeloso defensor do crescimento econômico, por um lado, e da conservação da vida selvagem, por outro, são forçados a aderir à agenda socioecológica mais ampla de sustentabilidade. Latour reconhece os fóruns em que as políticas ambientais são discutidas como meros jogos políticos, mas ele não analisa este tema em detalhe. Tal exercício levaria à descoberta de quão amplamente aceitos os princípios estabelecidos em seu Manifesto Compositorista já são. O que, afinal, era sustentabilidade, conforme definido em 1987 no Relatório Brundtland se não uma tentativa de conciliar as formas de organização da atividade econômica com a necessidade de reverter a degradação ambiental e promover os direitos humanos e a redução da pobreza [WCED 1987]? O que dizer dos movimentos de justiça ambiental e sua reformulação da degradação ambiental como uma forma de violência perpetrada nos corpos dos socialmente marginalizados? O problema não é que ninguém antes de Latour reconheceu a importância de substituir o isentismo humano por inovação cautelosa para criar possibilidades socioecológicas. O problema é que passar de princípios gerais a ações concretas é difícil, as respostas nem sempre são óbvias, a incerteza fomenta a inércia, os valores são ambíguos e, talvez o mais importante, os interesses existentes estão ameaçados. Em suma, o poder é confrontado.

Para complicar isso, a sustentabilidade não é uniforme no tempo ou no espaço. A Tabela 1 identifica quatro racionalidades típicas ideais, ou maneiras de pensar sobre sustentabilidade - ecoeficiência, ecológica, biorregional e eco-social - e fornece exemplos de como essas racionalidades são aplicadas por meio de políticas específicas e instrumentos de gestão [Lockie et al. 2006]. As quatro racionalidades não são mutuamente exclusivas (e nem, espero, são exaustivas). Empresas individuais que utilizam ecoeficiência no nível de campo / fábrica podem usar ferramentas em um nível superior que são mais impregnadas de pensamento ecológico e eco-social. O planejamento em um nível biorregional, da mesma forma, pode acomodar todas as outras três racionalidades. Também são populares as várias formas de resolução de problemas ambientais [por exemplo, Carrosio 2012; Salvatore e Maretti 2012], mostrando que a escala de aplicação de cada nível de sustentabilidade não é óbvia.

Sustentabilidade - o monstro - não veste roupas novas ou fornece respostas diretas para o problema de operacionalização conforme mudamos nosso olhar para cima e para baixo. Como sempre, não são os princípios que são o problema, mas sim o estar de acordo em como operacionalizar esses princípios dentro das restrições estabelecidas pelos conjuntos socioecológicos que estamos tentando controlar. A sustentabilidade não nos permite compor qualquer futuro, ou qualquer conjunto de possibilidades. Mais uma vez, sem reivindicar que

sejam exaustivos, é possível identificar pelo menos três conjuntos de demandas inter-relacionadas que podem ser atribuídas para a sustentabilidade.

A Sustentabilidade exige aprendizado. Como a mudança ambiental global ilustra, a dinâmica temporal e espacial das interações homem-natureza é caracterizada por processos de evolução, mudança descontínua, efeitos interativos e consequências imprevistas. Manter um ambiente favorável para os humanos nunca pode - pelo menos não a longo prazo - ser sobre como manter ecossistemas, comunidades ou economias em estado estacionário [Steffen et al. 2007] e nem, portanto, pode ser sobre continuar a planejar com base no conhecimento atual e nos arranjos institucionais para a governança ambiental. Para afirmar o óbvio, ignorando o que é conhecido, e o que será conhecido, e agindo de forma míope como se os humanos pudessem compor o conjunto de possibilidades futuras de que gostam é um convite ao fracasso catastrófico. O conhecimento que dispomos dos processos ecológicos do sistema terrestre bem como dos arranjos socioecológicos não apenas são incompletos, mas podem eventualmente, ser redundantes. Objetos de interesse irão se transformar de maneiras potencialmente imprevisíveis. Nosso conhecimento deles podem não ser (pelo menos inteiramente) relevantes. O futuro deve ser planejado (ou composto), mas, ainda mais, deve ser aprendido.

Racionalidades de sustentabilidade (adaptado de Lockie et al. 2006)

Racionalidade	Descrição	Exemplos de descrição de racionalidade
<i>Eco-eficiência</i>	Ecoeficiência Concebe sustentabilidade em termos de eficiência. Os recursos são usados criteriosamente para alcançar o nível máximo possível de atividade econômica para qualquer nível de entrada de material e energia. Os danos ambientais são minimizados pelo controle da liberação de poluentes nos ambientes circundantes. A saúde e segurança ocupacional são monitoradas e sujeito à melhoria contínua.	Agricultura de precisão De Meio Ambiente Sistemas de Gestão Responsabilidade corporativa
<i>Ecológica</i>	Constrói a sustentabilidade em termos de habilidade de sistemas de produção para prover suas próprias necessidades e para se recuperar de perturbações ambientais. Os sistemas agrícolas e florestais são projetados em formas que imitam os processos produtivos e verificações e equilíbrios inerentes à natureza. Os sistemas industriais são projetados para recuperar e reciclar energia e materiais residuais. O objetivo é para substituir a intensidade de gerenciamento pela intensidade de entrada.	Produção orgânica Ecologia industrial
<i>Biorregional</i>	Busca integrar empreendimentos individuais em nível regional de forma a preservar a integridade dos ecossistemas e paisagens existentes. Bacias hidrográficas, muitas vezes servem como a unidade de planejamento biorregional, de gestão, e reforma institucional, devido ao papel da água na ligação dos processos físicos e ecológicos em todas as paisagens.	Gestão de bacias hidrográficas Gestão baseada em ecossistemas Impacto estratégico
<i>Eco-social</i>	Tem como foco a organização das relações sociais para atender diversas necessidades humanos e ecológicos. As considerações sociais e econômicas vão além da viabilidade da empresa para incluir questões como as economias locais, as necessidades dos consumidores, e assim por diante. A ênfase é colocada na capacidade dos sistemas para atender às suas próprias necessidades e se adaptar a mudanças no ambiente mais amplo, mas em uma escala mais ampla do que a racionalidade dos sistemas naturais e com uma preocupação evidente de integrar o social e o natural.	Gestão de recursos naturais baseada na comunidade. Agricultura multifuncional. Comercio justo.

A sustentabilidade exige deliberação. O próprio ambiente humano é uma mudança no terreno de conhecimento, valores, interesses, aspirações e coalizões. Estes não podem ser compreendidos, nem administrados, usando apenas epistemologias e métodos tecnocráticos [Dryzek 1990]. À medida que as disputas ambientais se desenrolam (na verdade, qualquer

exercício de governança ambiental ou de recursos naturais), conhecimentos, valores e aspirações concorrentes são colocados em contato e potencialmente redefinidos da mesma forma que os grupos de interesse são formados, amalgamados, dissolvidos e reformados através de processo de disputas. A ampla participação em abordagens deliberativas para a gestão de recursos é importante não apenas com base na justiça processual e na expressão dos direitos democráticos (por mais importantes que sejam) ou para capturar e utilizar o conhecimento local ou indígena [Magnani 2012]. Participação e deliberação são fundamentais para compreender e responder às formas dinâmicas em que as capacidades sociais, vulnerabilidades e os impactos são construídos e reconstruídos por meio de processos de mudança socioecológica [Lockie 2001

Sustentabilidade exige responsabilidade. Não basta compor novas possibilidades socioecológicas. Nosso apego ao futuro deve ser avaliado. Nós devemos distinguir - tanto em perspectiva quanto em retrospecto - entre apropriado e inadequado, bem-sucedido e malsucedido, bom e mau, tentativas de reunir futuras ecologias sociais. Numerosos arranjos institucionais foram implementados ao longo da história humana para impor tal responsabilidade (por exemplo, direitos de propriedade e responsabilidades, licenciamento de poluição, padrões de produção, etc.). Demandas de sustentabilidade que o escrutínio crítico, por meio de aprendizagem e deliberação, desses arranjos seja ampliado e intensificado. Em particular, exige que o escrutínio seja focado nos impactos distributivos das intervenções socioecológicas tanto no espaço (responsabilidade intrageracional) quanto no tempo (responsabilidade intergeracional).

### **Falando pela Sustentabilidade**

Quem então fala pela sustentabilidade? Como suas demandas são articuladas? Como foi mostrado, muitos que falam em nome de sustentabilidade tentam justificar suas demandas com foco em noções limitadas de ecoeficiência. A ecoeficiência busca maximizar (conforme Tab. 1 acima) a transformação de insumos de material e energia em material mercantilizado e saídas de serviço para minimizar o desperdício. Poluição e outras externalidades sociais e ambientais, nesta perspectiva, são mais do que problemas sociais e ambientais, são indicadores de que recursos potencialmente valiosos não estão sendo precificados e usados de forma eficaz. Eles são um sinal de falha de mercado. As instituições governamentais respondem ao argumento da "falha de mercado" de duas maneiras [ver Lockie 2009]. Primeiro, elas adotam instrumentos de política que tentam consertar as falhas de mercado ao estabelecer preços de entradas de recursos naturais e / ou saídas de resíduos de forma mais adequada, forçando os usuários a internalizá-los como custos de produção (por exemplo, eco-impostos). Em segundo lugar, elas adotam instrumentos de política que usam mecanismos semelhantes aos de mercado para alocar incentivos para preservar os ecossistemas naturais (por exemplo, leilões de biodiversidade, pagamento por serviços ambientais) e para precificar a poluição (por exemplo, licenças negociáveis de poluição). Além disso, esquemas de certificação e rotulagem com base na conformidade auditada com vários padrões de sustentabilidade foram amplamente promovidos e adotados por organizações de movimentos sociais e coalizões corporativas como meio de garantir que as empresas sejam capazes de repassar os custos de proteção ambientais aos consumidores.

As críticas aos padrões de sustentabilidade e outras medidas de ecoeficiência são frequentemente focadas no que se omite (normalmente direitos humanos e a proteção dos processos ecossistêmicos em escalas espaciais e temporais maiores). Essas omissões não são surpreendentes. Desenvolvidas como respostas aos aspectos da não sustentabilidade, que podem ser explicadas de forma plausível como resultados de falhas de mercado, as medidas de

ecoeficiência são inevitavelmente relacionadas a pessoas, ecologias e valores que estão fora dos circuitos específicos de commodities. Pegue a análise de Cucca (2012) sobre a urbanização verde em Viena, Vancouver e Copenhague como exemplo. Em Viena, a autoridade municipal combinou um forte compromisso com a habitação pública, com o apoio a associações de habitação sem fins lucrativos, e a eficiência energética, melhor transporte público e espaços verdes. Isso tem incentivado a experimentação arquitetônica e social (por exemplo, projetos de habitação sem carros), ao mesmo tempo que permanece sensível às preferências dos residentes e à acessibilidade da habitação. Por outro lado, o esverdeamento de cidades como Copenhague e Vancouver levou ao deslocamento de residentes desfavorecidos. Isso tem acontecido tanto diretamente, através da alienação de habitação pública, a fim de aumentar os recursos para investimento em outras infra-estruturas e, indiretamente, através do aumento da conveniência de espaços urbanos revitalizados para os migrantes (tanto domésticos como internacionais) e a subsequente inflação dos custos de habitação. Os circuitos de commodities de habitação e transporte interno nessas últimas cidades são, atualmente, muito provavelmente mais eficientes em termos de energia relativamente a que teriam sido se tivessem tomado o caminho alternativo da gentrificação<sup>2</sup>. Mas a gentrificação e seu impacto sobre os ex-residentes devem permanecer escondidos se o verniz verde moderno apresentado por Vancouver e Copenhague for mantido. Ecoeficiência é, conforme citado por Magnani [2012], uma condição necessária, mas não suficiente para a sustentabilidade. Este não é um problema para aqueles que falam em sustentabilidade e estão dispostos a reconhecer as limitações da ecoeficiência. No entanto, há muitos interesses em jogo quando uma reforma mais fundamental do circuito de commodities é requerido. Os biocombustíveis oferecem um exemplo instrutivo. Até há relativamente pouco tempo, o uso mais difundido de combustíveis derivados de matérias-primas, como milho e cana-de-açúcar, parecia uma maneira ideal de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, salvaguardar a segurança energética e melhorar rendas agrícolas, levando os EUA, UE e outros governos a subsidiar e definir metas para o uso de biocombustíveis [Bozzini 2012]. Em princípio, a ideia de construir uma economia energética baseada em processos regenerativos de fotossíntese e crescimento vegetal é muito atraente. Mas quando uma série de crises globais de alimentos começou a acontecer em 2007, os biocombustíveis foram identificados entre os principais culpados. Ao mesmo tempo, cresceu o questionamento sobre a neutralidade dos biocombustíveis em relação ao efeito estufa foi cada vez mais questionada. Além disso, a expansão do cultivo de plantações de biocombustíveis foi associada ao desmatamento, perda de biodiversidade e propriedade da terra [Carrosio 2012]. Nos Estados Unidos, até o momento, as preocupações humanitária e ecológica foram superadas por questões de segurança energética doméstica e as metas para o uso de biocombustíveis aumentaram [Bozzini 2012]. A UE, por outro lado, respondeu ao reconsiderar suas metas e impor critérios adicionais de sustentabilidade aos biocombustíveis [ibidem].

Como explica Carrosio [2012], os efeitos colaterais negativos da produção de biocombustíveis são justificados pelos proponentes com apelos a uma questão de sustentabilidade de ordem superior; neste caso, a urgência de responder às mudanças climáticas antropogênicas. Isso produz, ele argumenta, um “estado de exceção” em que as perspectivas de sustentabilidade são prejudicadas pelos próprios meios pelos quais são perseguidos. No entanto, impulsionada por uma enorme mobilização de capital corporativo, a expansão global da produção de biocombustíveis foi normalizada e estabilizada e a exceção tornou-se a norma. Com o tempo, o estado de exceção concedido aos biocombustíveis será comprovado, na melhor das hipóteses, como uma solução temporária e, no pior, como um erro

---

<sup>2</sup> O termo gentrificação se refere ao processo de transformação de um espaço urbano deteriorado —ou em declínio a partir da reconstrução ou reabilitação de edificações com alturas maiores do que as pré-existentes, o que provoca um aumento de aluguéis e dos custos habitacionais. Isso induz o abandono destas pelos residentes tradicionais para lugares mais periféricos. (Nota de HM)

catastrófico. Os proponentes dos biocombustíveis irão discordar, é claro, que um estado de exceção existe. Na verdade, pode-se argumentar que só é possível determinar se uma tentativa particular de sustentabilidade foi um sucesso em retrospecto. Há evidências consideráveis, no entanto, que não podemos nos dar ao luxo de avaliar as afirmações de sustentabilidade em retrospecto. São muitos os exemplos de atividades ambientalmente perigosas sendo justificadas com base no fato de que “informações insuficientes” não permitem determinar o nível de risco, pervertendo o princípio da precaução em apelos para proteger o crescimento econômico de um potencialmente desnecessário “selo verde”.

Avaliar as tentativas de falar em sustentabilidade para clientes potenciais requer um ponto de referência que é cada vez mais fornecido por critérios de sustentabilidade embutidos em padrões de “melhores práticas”. Os padrões atuam como uma forma abreviada de capturar o conhecimento atual e o consenso político em relação à identificação e implementação de medidas “razoáveis” para proteger o meio ambiente, salvaguardar os direitos humanos, minimizar riscos, monitorar o desempenho etc. Os padrões facilitam a atividade econômica, reduzindo os custos para empresas que realizam atividades de rotina e, em princípio, facilitam a responsabilização e proporcionam uma comunicação transparente e uniforme. A importância dos padrões como medidas de fato de sustentabilidade se torna um ponto importante para resistência e crítica, por um lado, e para a construção de novas possibilidades socioecológicas, de outro. Voltando aos biocombustíveis, foram implantados padrões de produção sustentável que, segundo Carrosio, perpetuam ao invés de transcender o estado de exceção que lhes é concedido como medidas de sustentabilidade; protegendo o regime de biocombustíveis de seus efeitos sociais e ecológicos contraditórios para manter sua estabilidade. (...) A questão é que os padrões estabelecem duas amplas arenas para responsabilizar aqueles que falam pela sustentabilidade. Primeiro, eles fornecem pontos de referência para avaliar atividades específicas. Segundo eles fornecem fóruns para estabelecer, revisar e revisar esses pontos de referência. A aprendizagem, portanto, permanece crítica, assim como a participação e a deliberação.

Nada disso quer dizer que os esquemas de padrões formalizados fornecem a única maneira pela qual podemos avaliar as reivindicações de sustentabilidade em perspectiva. Estudos retrospectivos podem ser usados para construir um corpo de conhecimento sobre as implicações potenciais de projetos (uma abordagem comum na avaliação de impacto social) [Lockie et al. 2009]. Referência aos critérios de sustentabilidade definidos de forma menos rígida incorporados no conceito de desenvolvimento sustentável é de fato suficiente para destacar a falta de preocupação com a justiça social evidenciada em vários projetos de ecoeficiência [Magnani 2012]. As normas, além disso, são necessariamente limitadas em escopo devido à sua aplicação, maiormente para atividades que são altamente comoditizadas. Eles não nos ajudam a resolver questões menos estreitamente acopladas a circuitos de commodities, como, por exemplo, gestão de área protegida. No entanto, os padrões fornecem um meio através do qual estipular que os valores não mercantis sejam considerados e tenham voz na regulamentação de circuitos de commodities. Além disso, a participação e deliberação são cruciais para manter esta prestação de contas. A revisão para baixo das metas de biocombustíveis da EU por exemplo, foi facilitada por abordagens mais participativas de governança do que tem sido evidente nos EUA [Bozzini 2012]. Participação e deliberação ajudam a garantir que efeitos colaterais - particularmente aqueles que se acumulam em diferentes escalas espaciais e sociais - são identificados e levados a sério [Magnani 2012]. Participação e deliberação também ajudam a evitar o fracasso de projetos de sustentabilidade são implementados sem compreender como as pessoas responderão ou interagirão com eles [ibidem].

## **Conclusão**

A sustentabilidade é mais do que um significante de estados socioecológicos desejáveis. Isto é um conjunto de ideias, técnicas, instituições, práticas de produção e consumo, processos ecossistêmicos, ciclos de energia e assim por diante, através dos quais tentamos apreender o mundo em que vivemos - para compreender o estado desse mundo, para prever seu futuro, e dirigir as interações indisciplinadas de espécies, substâncias e energias que o compõem. A sustentabilidade é uma construção social, certamente, mas é uma construção simbólica e material. Ela medeia - modelando e remodelando – nossas relações cognitivas, emocionais e corporais com a natureza externa e com os outros humanos. Sua influência é recursiva e, portanto, tanto dentro quanto fora de nosso controle. Na busca pelo futuro, a sustentabilidade exige que complementemos os princípios de equidade intra e intergeracional com compromissos de aprendizagem, deliberação e responsabilidade.

Muitos trabalhos sociológicos sobre sustentabilidade podem ser descritos como uma tentativa de responsabilizar aqueles que falam pela sustentabilidade. Onde projetos realizados em nome da sustentabilidade geraram impactos negativos (talvez não intencionais), os sociólogos documentaram estes impactos; iluminando aqueles que procuram legitimar a injustiça social e / ou danos ecológicos de longo prazo com base em imperativos ambientais de curto prazo. Sociólogos, da mesma forma, têm destacado as exclusões e injustiças sociais produzidas por projetos de ecoeficiência que simplesmente escondem ou ignoram, pessoas, ecologias e valores que estão fora de circuitos de commodities específicos. E eles documentaram o colapso de tais projetos onde a exclusão e a injustiça geraram conflito e resistência.

Ao avaliar as afirmações de sustentabilidade em retrospecto, estamos firmes. Mas os sociólogos também têm sido ativos em responsabilizar reivindicações de sustentabilidade em clientes potenciais. Neste último caso, a base para a avaliação crítica é fornecida pela análise comparativa com projetos de sustentabilidade realizados em outros lugares, de acordo com princípios gerais de desenvolvimento sustentável e conformidade com atividades específicas e padrões de sustentabilidade. Esses pontos de referência fornecem oportunidades de aprendizagem e deliberação, mas também são vulneráveis ao desafio daqueles que buscam, ao falar pela sustentabilidade, contê-la. O poder deve ser sempre confrontado. Antecipar e montar futuras possibilidades sócio-ecológicas não exige que nos coloquemos além da crítica, conforme sugerido por Latour [2011]. Se requer a intensificação e extensão da crítica, mas de uma maneira que apoie a aprendizagem e deliberação, capacitando os constituintes para a sustentabilidade além dos circuitos de commodities do “grande capital”.

## Referencias

Bozzini, E. 2012 “The Sustainability of Biofuels: A Comparison of EU and US policy debates.” *Sociologica* 6. doi:10.2383/38267

Carrosio, G. 2012 “Beyond the Sustainability of Exception: Setting Bounds on Biofuels.” *Sociologica* 6. doi:10.2383/38268

Cucca, R. 2012 “The Unexpected Consequences of Sustainability: Green Cities Between Innovation and Ecogentrification.” *Sociologica* 6. doi:10.2383/38269

Dryzek, J. 1990 *Discursive Democracy: Politics, Policy and Political Science*. Cambridge: Cambridge University Press.

Latour, B. 2010 “An attempt at a ‘Compositionist Manifesto.’” *New Literary History* 41: 471-490.  
2011 “Politics of Nature: East and West Perspectives.” *Ethics and Global Politics* 4: 71-80.



Law, J. (ed.) 1992 *A Sociology of Monsters: Essays on Power, Technology and Domination*. London: Routledge.

Lockie, S. 2001 "Social Impact Assessment in Review: Setting the Agenda for Impact Assessment in the Twenty-First Century." *Impact Assessment and Project Appraisal* 19: 277-287. 2009 "Agricultural Biodiversity and Neoliberal Regimes of Agri-Environmental Governance in Australia." *Current Sociology* 57: 407-426. in press "Climate, Scenario-Building and Governance: Comprehending the Temporalities of Social-Ecological Change." In *The Routledge International Handbook of Social and Environmental Change*, edited by S. Lockie, D. Sonnenfeld, and D. Fisher. London: Routledge.

Lockie, S., Franetovich, M., Petkova-Timmer, V., Rolfe, J., and Ivanova, G. 2009 "Coal Mining and the Resource Community Cycle: A Longitudinal Assessment of the Social Impacts of the Coppabella Coal Mine." *Environmental Impact Assessment Review* 29: 330-339.

Lockie, S., Lyons, K., Lawrence, G. and Halpin, D. 2006 *Going Organic: Mobilizing Networks for Environmentally Responsible Food Production*. Wallingford, UK: CABI Publishing. *Sociologica*, 2/2012 13

Magnani, N. 2012 "The Green Energy Transition. Sustainable Development or Ecological Modernization?" *Sociologica* 6. doi:10.2383/38270

Murdoch, J. 2001 "Ecologising Sociology: Actor-Network Theory, Co-construction and the Problem of Human Exemptionalism." *Sociology* 35: 111-133.

Salvatore, R. and Maretta, M. 2012 "The Link Between Sustainable Tourism and Local Social Development: A Sociological Reassessment." *Sociologica* 6. doi:10.2383/38271

Steffen, W., Crutzen, P., and McNeill, J. 2007 "The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature?" *AMBIO* 36: 614-621.

Tàbara, J.D. in press "Social learning to cope with global environmental change and unsustainability." In *The Routledge International Handbook of Social and Environmental Change*, edited by S. Lockie, D. Sonnenfeld, and D. Fisher. London: Routledge.

World Commission on Environment and Development (WCED) 1987 *Our common future*. Oxford: Oxford University Press